

Criação da Receita Federal do Brasil é aprovada no Senado

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 20/2006 foi aprovado, no dia 13 de dezembro, no Senado Federal. O projeto unifica a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência com a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, criando

a Receita Federal do Brasil.

Aprovado na forma do parecer favorável do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o projeto teve de retornar à Câmara dos Deputados, onde terá de passar por uma nova votação.

O texto poderia ter sido apreciado na Câmara no dia 14, mas não houve acordo e a votação ficou para a semana seguinte.

Durante toda a tramitação do PLC 20/2006 no Senado, conselheiros e associados da **APAFISP** acompanharam as votações, esclarecendo os senado-



res sobre os benefícios que a unificação trará para a administração pública.

A mobilização continua na Câmara para demonstrar aos deputados a importância do projeto para o País e para que a matéria seja votada e aprovada ainda este ano.



Conselhos realizam última reunião de 2006

Os conselhos Executivo e de Representantes da **APAFISP** realizaram, no dia 15 de dezembro, sua última reunião deste ano. Entre os assuntos da pauta, foi discutido o Projeto de Lei Orgânica do Fisco Federal. A minuta do projeto, elaborada por uma Comissão de Estudos composta por AFPS de todo o País, foi entregue a cada um dos membros dos conselhos para o encaminhamento de sugestões até a primeira quinzena de janeiro de 2007.

A votação do PLC 20/2006 no Senado Federal também foi debatida pelos conselheiros e representantes, bem como as ações que deverão ser efetivadas durante a transição para a nova

estrutura.

Durante a reunião também foi feita a leitura e deliberação do relatório geral de atividades do Conselho Executivo da **APAFISP** (leia nas páginas 2 e 3) e dada posse aos eleitos para os conselhos Executivo e Fiscal da entidade na eleição realizada em 25/10.

Após a posse, foi feita a escolha dos cargos para exercício no mandato de janeiro a dezembro de 2007. O Conselho Executivo da Associação passa a ter a seguinte formação:

Presidente: Pedro Augusto Sanchez
Vice-Presidente Executivo: Carmelina Calabrese
VP Administração: Assunta Di Dea

Bergamasco

VP Finanças: João Martin Rubia
VP Política de Classe: Sandra Tereza Paiva Miranda
VP Interesse Fiscal: Victoria Colonna Romano
VP Aposentados e Pensionistas: José Américo Espíndola Pimenta
VP Cultura Profiss., Esporte e Lazer: Edgard dos Santos
VP Divulgação: Ariovaldo Cirelo
VP Serv. Assistenciais: Sandra Regina Elias de Toledo
VP Relações Públicas: Walter Moraes Gallo
VP Assuntos Jurídicos: Margarida Lopes de Araújo

Conselho Executivo apresenta relatório de atividades de 2006

De conformidade com o que estabelece o art. 38, VIII, do Estatuto Social, apresentamos o RELATÓRIO GERAL das atividades desenvolvidas pelo Conselho Executivo, no período compreendido entre janeiro e dezembro do ano de 2006.

I - MOBILIZAÇÃO - O ano de 2006 foi marcado por grandes mobilizações:

a) **UNIFICAÇÃO DO FISCO** – em prol da aprovação, pelo Senado Federal, do PL nº 6.272/05, que cria a Receita Federal do Brasil, unificando as receitas Federal e Previdenciária, aprovação essa que ocorreu em 25 de janeiro de 2006, na Câmara dos Deputados, a proposição, recebeu, no Senado, o número de tramitação, PLC nº 20/2006. De fevereiro a dezembro, os trabalhos de acompanhamento, tanto dos Conselheiros da APAFISP quanto de seus associados enviados em caravanas, foram intensos em cada audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a participação, em todas elas, das entidades representativas das categorias envolvidas e de autoridades. No dia 05 de dezembro, após grande manifestação de todos os Estados, a CAE, finalmente, aprovou o Parecer favorável do Senador Rodolpho Tourinho. No dia 06 de dezembro, foi aprovado na CCJ com o Parecer do Relator, Senador Aloizio Mercadante, pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, e no mérito, pela aprovação da proposição e das Emendas oferecidas pela CAE. Continuando os trabalhos de convencimento dos Senadores, finalmente, no dia 13 de dezembro, foi aprovado no Plenário do Senado. Como o Projeto sofreu modificações, terá agora que retornar à Câmara para apreciação. O Conselho Executivo mantém-se mobilizado, até a final tramitação;

b) **PROJETO SUPERSIMPLES** – foi intensa a participação pelo aperfeiçoamento do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 123/2004, que tem como objetivo regulamentar a unificação de tributos, incentivando a legalização das micro e pequenas empresas, o que pode acarretar perdas irreparáveis de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores. O Conselho Executivo trabalhou pela manutenção desses direitos e pela preservação das atribuições do Fisco Federal, já que o PLC pretende, no art. 33, transferir a competência da fiscalização do novo tributo

para Estados e Municípios. O PLC foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 05 de setembro, após o que foi encaminhado ao Senado Federal, onde foi renomeado para PLC 100/06, e aprovado com emendas. O Plenário da Câmara, no dia 22 de novembro, concluiu a votação do projeto de lei, aprovando as emendas do Senado. O Projeto, agora, aguarda ser sancionado pelo Presidente da República, até o final de dezembro, para que as novas regras entrem em vigor, a partir de 1º de julho de 2007;

c-) **MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ESTADO BRASILEIRO E REPOSIÇÃO SALARIAL** – foi a maior mobilização em defesa do Estado Brasileiro e reposição salarial. Os membros do Conselho Executivo e associados, levados à Brasília em caravanas patrocinadas por nossa entidade, tiveram exaustivo trabalho de convencimento junto aos parlamentares e autoridades. Esse esforço foi realizado desde a Comissão Mista do Orçamento (CMO) do Congresso, onde cada parlamentar foi contatado, especialmente sobre a necessidade de ampliação dos recursos destinados à reposição salarial dos servidores públicos federais, inclusive nas ruas, tanto no Estado de São Paulo, como em Brasília, com a participação de caravanas de mais com mais de 200 associados, culminando com a edição da Medida Provisória nº 302/2006 e conseqüente recomposição salarial, ao menos em parte, de diversas carreiras, entre elas a dos auditores fiscais da Previdência Social. A MP foi convertida na Lei nº 11.356 de 19/10/2006. As entidades promoveram estudo visando o aperfeiçoamento da lei, em virtude de não ter sido possível negociar no texto da Medida Provisória. O Senador Romero Jucá, encaminhou o pleito, com alterações propostas relativo a carreira dos Auditores Fiscais, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do ofício nº 159/2006-GL-GOV;

d-) **CAMPANHA CHEGA DE CONFISCO** – participação, com a coleta de assinaturas em abaixo-assinado, e ato público, na Campanha “Chega de Confisco”, com vistas à correção integral da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física;

e-) **MOVIMENTO DAS ENTIDADES EM DEFESA DA CARREIRA, PROFISSIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS** - participação na coleta de assinaturas reivindicando a paridade do auxílio-alimenta-

ção dos Servidores do Poder Executivo com os servidores de outros Poderes.

II – ASSUNTOS JURÍDICOS

a) Acompanhamento da tramitação das ações impetradas, tanto pela APAFISP, como pelas demais entidades congêneres, notadamente a ANFIP, abrangendo vários assuntos, dentre os quais, a GDAT e GIFA para os aposentados e pensionistas; o acréscimo salarial de 28,86%; idem em relação aos 3,17%; o acréscimo bienal e o adicional por tempo de serviço; o Grupo Fisco, etc;

b) Orientação à diversos associados envolvidos em, de natureza disciplinar, desde a sua fase de instrução com a produção de provas e defesa escrita até decisão final por parte da autoridade julgadora;

c) Elaboração de estudo e encaminhamento à ANFIP, para as providências cabíveis, inclusive judiciais, se for o caso, visando ao pagamento da GIFA integral aos servidores aposentados em decorrência de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, face ao que dispõem os art 40, I, da CF e art. 186, I, da Lei nº 8112/90;

d) Elaboração de estudo e envio de ofícios aos Setores de Recursos Humanos do INSS de todo o Estado de São Paulo, demonstrando a impossibilidade legal de aplicação do ACÓRDÃO TCU nº 603/2005 e conseqüente adoção das providências cabíveis para restituição dos valores descontados indevidamente a título de Acréscimo Bienal ou Adicional por Tempo de Serviço, uma vez legítima a percepção dessas vantagens pessoais, dada a não ocorrência de uma eventual cumulatividade indevida;

e) Ingresso de Mandado de Segurança pleiteando medida liminar na Justiça Federal, visando ao não desconto dos dias parados durante a Mobilização Salarial, o que, não obstante concedida, veio a ser posteriormente cassada;

f) Realização de estudos e apresentação de trabalho técnico, visando à reforma do Estatuto Social da APAFISP, em face do que dispõe a Lei nº 11127, de 2005, que deu nova redação ao Código Civil, no Capítulo que cuida “DAS ASSOCIAÇÕES” e também do PLC nº 20/2006, em tramitação no Senado Federal e que trata da unificação das Secretarias das Receita Federal e da Previdência Social, bem como das carreiras funcionais a elas

vinculadas;

g) Participação em Grupo de Trabalho criado pela ANFIP, com vistas a dirimir dúvidas sobre aplicação das EC nº 20, 41 e 47, nos casos de aposentadorias e pensões deferidas após janeiro de 2004, envolvendo todas as situações existentes e suas respectivas peculiaridades em termos de proventos e pensões, notadamente quando a integralidade e a paridade são asseguradas por essas mesmas Emendas Constitucionais.

h) Encaminhamento do ofício nº 52/06, para a ANFIP, cobrando um posicionamento mais efetivo, com relação à implantação da Medida Judicial MS 2004.34.00048217-8.

III – EVENTOS, CULTURA, ESPORTE E LAZER

a) Em abril, foi realizado o 2º Seminário Regional de Temas Atuais, que contou com a participação de mais de 200 AFPS de todo o Estado, reuniu autoridades, juristas e especialistas para discutir as perspectivas da fiscalização federal. Palestraram o Professor James Marins, André Rocha Nardelli, Chefe da Divisão de Contencioso Administrativo, Danilo Miranda, Chefe da Divisão de Consultoria em Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, Salvador Marciano Pinto, Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social, e Manoel Antonio Gadelha Dias, Presidente do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. O SuperSimples foi tema da apresentação de Floriano Martins de Sá, Presidente da Fundação ANFIP. Sebastião Baptista Affonso, advogado e Vânia Santiago Cleto, Coordenadora-geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, falaram sobre as conquistas e perdas dos servidores públicos. Maria Flávia de Lima P. Magalhães, representante da Coordenação de transição, Carlos Alberto M. Stringari, Diretor de Fiscalização da SRP e Ovídio Palmeira Filho, Presidente da ANFIP, explanaram sobre o tema unificação do fisco federais;

b) Em agosto, foi realizado o 6º Dia Cultural da APAFISP, que tem como objetivo prestigiar e divulgar o talento dos colegas associados. O evento contou com a presença de colegas de várias DRPs e cerca de 40 associados, participaram com apresentação de dança, canto, música e pintura;

c) A temporada esportiva foi bastante disputada. Como todos os anos, procurou-

se promover a integração entre colegas e familiares. O encerramento deu-se no mês de setembro, no SESC Bertiooga. Além das finais do XVII Campeonato de Futebol, outras modalidades foram disputadas, tais como: futebol master, infanto-juvenil, baralho, bocha, tênis, queimada e, como novidade, a gincana com jogos e brincadeiras que reuniram crianças e adultos, com distribuição de brindes para os pequenos;

d) Prosseguimento, todas as terças-feiras, do curso de dança;

e) Prosseguimento, todas as quartas-feiras, do curso de canto, aperfeiçoando-se, a cada ano, o coral da APAFISP;

f) Realização de almoços mensais de aposentados na Capital e alguns no interior do Estado e na baixada Santista;

g) Realização, em maio, do X Encontro Nacional dos AFPS ativos, aposentados e pensionistas, tendo São Paulo, participado com a maior delegação;

h) JANTAR ANUAL DE CONFRATERNIZAÇÃO, comemoração dos 39 anos da APAFISP. Realizado em novembro, com 650 participantes, ocasião em que foram homenageados os AFPS que completaram 20 anos na carreira, de serviços prestados à Previdência Social;

i) Patrocínio na participação de colegas em seminários, tais como: "O papel Social das entidades filantrópicas".

j) Participação em Reuniões nas DRPs, em São Paulo, Piracicaba, Araraquara, Campinas, Santos, Guarulhos.

IV – CONDIÇÕES DE TRABALHO – INTERESSE FISCAL - INTERESSE DA CLASSE

a) Em fevereiro, foi realizada reunião do Conselho de Representantes da APAFISP com a participação especial do Diretor do Departamento de Fiscalização da SRP, Carlos Alberto Mess Stringari e do Coordenador de Planejamento, Avaliação e Controle, Gláucio Diniz de Souza, com o objetivo de discutir a OI MPS/SRP/DEFIS nº 12/2005, que dispôs sobre as diretrizes para definição das metas referentes ao Plano de Ação de Fiscalização Previdenciária para 2006.

b) Em abril, a APAFISP realizou, em conjunto com a ANFIP, reunião com os AFPS de São Paulo, para discutir as condições de trabalho. Participação na reunião de consolidação do diagnóstico levantado em todas as DRPs do território nacional e, entrega do Relatório final à Secretária-substituta da Receita Previdenciária, Lieda Amaral de Souza.

Acompanhamento, ainda, junto à Secretaria da Receita Previdenciária, dos atos expedidos, visando à melhoria das condições de trabalho, inclusive de novos prédios em localidades onde não há condições físicas ou equipamentos apropriados, etc.

c) Participação do grupo de estudo constituído pela ANFIP para elaboração da minuta de um projeto de Lei Orgânica do Fisco Federal, antecipando-se, dessa forma, ao Poder Executivo, já que um projeto nesse sentido deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional após a aprovação do PLC 20/2006;

d) Concessão de subsídios para a participação de colegas em cursos, além de oferecer coffee-break nas reuniões de serviço, festejos de final de ano, em locais de trabalho;

e-) Concessão de reembolso de despesas em cursos de informática, de 50% do valor do curso até o limite de R\$ 300,00;

f-) aprovação, em Assembléia Ordinária da APAFISP e no Conselho de Representantes da ANFIP, da criação de um Conselho de Transição após a aprovação do PLC 20/2006, com o objetivo de acompanhar todas as fases de transição da unificação das Secretarias da Receita Previdenciária e Receita Federal, com vistas à defesa intransigente dos AFPS, acompanhando, inclusive, a edição dos respectivos atos normativos;

V – MOSAP - participação nas reuniões do MOSAP, como integrante do Movimento, e discussão de matérias importantes tais como:

a) PEC 157/03, que propõe uma nova reforma constitucional,

b) Projeto do senador Paulo Paim que extingue o fator previdenciário,

c) PEC 555/06, que propõe a revogação do art. 4º da EC nº 41/2003, que instituiu a cobrança da contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas;

d) PL 6824/06, que prevê alteração no Estatuto do idoso e pretende conceder isenção de tarifas bancárias aos aposentados com mais de 60 anos que recebem benefícios até o valor do salário mínimo e aos maiores de 70 anos, independente do valor da aposentadoria;

e) acompanhamento da denúncia junto à OEA sobre a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

VI – COMUNICAÇÃO – Mantida a regularidade na edição dos veículos de comunicação existentes: Acontece, Acontece Urgen-

te, Notícias, Normativo (somente disponível via internet) e na página da APAFISP com notícias em tempo real.

VII – SAÚDE – Solicitação, através de ofício à GEAP, de providências para melhoria do atendimento em São Paulo. Participação de Reunião na Superintendência em São Paulo, reafirmando sua preocupação em relação aos problemas constantes do ofício e acompanhamento da Medida Provisória 272/2005, que trouxe alterações no art. 230 da Lei 8112/90 e abriu nova alternativa para assistência à saúde dos servidores públicos; Acompanhamento de diversos casos de associados junto à UNIMED, exigindo o bom atendimento, em todo o Estado; Denúncia do CRE junto à ANS sobre as condições da GEAP/SP.

VIII – CONVÊNIOS – Acompanhamento dos convênios já firmados com hotéis, escolas, empresas de seguros e assinatura de mais um com a Pousada Pôr do Sol, localizada em Cananéia/SP, com 10 % de desconto aos associados.

IX – REUNIÕES DO CONSELHO EXECUTIVO, DE REPRESENTANTES, FISCAIS E ASSEMBLÉIAS ORDINÁRIAS

Realizadas todas as reuniões do Conselho Executivo, de Representantes, do Conselho Fiscal e as Assembléias Ordinárias em cumprimento ao disposto no Estatuto Social da APAFISP.

Em síntese, foram essas as atividades principais desenvolvidas pelo Conselho Executivo.

Agradecemos aos colegas do Conselho Executivo que se empenharam e tornaram possível a realização de todas as ações; aos funcionários, pelo zelo, dedicação e responsabilidade com que exerceram suas atividades; a cada membro do Conselho Fiscal; ao Conselho de Representantes; e às Comissões de Esportes e Eleitoral.

Agradecimento e votos de louvor aos colegas Jeziel Tadeu Fior, Dejair João Darcie e Ayda Tereza Sonnesen Losso, pela dedicação com que exerceram seus mandatos e que se despedem. A todos os colegas associados, pelas críticas e sobretudo pela confiança depositada em todos nós.

Carmelina Calabrese
Presidente do Conselho
Executivo da APAFISP

Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas é sancionada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 14, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Conhecida como Supersimples, a lei estabelece um regime tributário diferenciado que prevê a unificação e a simplificação de seis impostos e contribuições federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSL e

INSS), além do ICMS (Estados) e ISS (municípios), para as micro e pequenas empresas que têm lucro de até R\$ 2,4 milhões por ano.

Embora a lei tenha sido sancionada agora, a parte tributária terá início apenas em 1º de julho do próximo ano.

CMO estabelece salário mínimo de R\$ 375 para 2007

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) concluiu no dia 12 de dezembro a votação de mais dois relatórios setoriais do Orçamento da União para 2007. Dentre os relatórios está o da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social, que confirmou o salário mínimo de R\$ 375 a partir de abril do próximo ano.

Segundo informações da Agência Senado, com a aprovação do mínimo de R\$ 375, os parlamentares deixaram de lado a orientação da equipe econômica para que o valor fosse elevado para apenas R\$ 367.

Agradecimento

“Prezados,
Obrigada pelo seu carinho. Que Deus me dê sabedoria para saber conservar a sua amizade e saber o valor da **APAFISP**, que tanto faz pelos aposentados seus associados, como eu, que não têm mais a menor condição. Que Deus os abençoe e à **APAFISP** pelo seu trabalho.

Um abraço com ternura,
*Maria Aparecida Nóbrega de
Mesquita Garcia*”

Não perca o primeiro almoço da APAFISP de 2007



Dia 18 de janeiro

Não perca essa oportunidade de rever os colegas e fazer novas amizades

Informações e adesões pelo telefone (11) 3258-7666